



Fotografia: Mariza Almeida

Sufrimento social e a Saúde do Trabalhador

Social suffering and Workers' Health

Jussara Maria Rosa Mendes*,
Rosângela Werlang**

Resumo- Este artigo trata do sofrimento social enquanto expressão da precariedade e da precarização da vida causada pelos processos de desenvolvimento e incitação econômica vividos na sociedade contemporânea. Traz à reflexão um sofrimento resultante daquilo que o poder político, econômico e institucional é capaz de produzir nos indivíduos, nos grupos sociais e no entorno. Discute-se esse importante conceito, cabal à compreensão da complexa imbricação entre o psíquico e o social. Mesmo o sofrimento sendo constituinte da vida humana, hoje em dia seu contorno tem impedido viver dignamente e, não raras vezes, agir contra tudo aquilo que busca dismantelar a vida. Assim, sugere-se que o sofrimento social deve ser pensado na sua estreita relação com a vulnerabilidade estrutural de uma sociedade na qual, cada vez mais, são aniquilados os suportes institucionais, as proteções sociais formais. É nesse contexto de vulnerabilidade endógena que brota o sofrimento social, resultante do desgaste humano diante das profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho.
Palavras-chave: sofrimento social; trabalho; Saúde do Trabalhador.

Abstract- This article deals with the social suffering as an expression of insecurity and precariousness of life caused by the processes of economic development. In this sense, reflects on the suffering due to what the political, economic and institutional power is able to produce on individuals, social groups and around. Moreover, this important concept is essential to understand the complex relation between the psychic and the social. Even suffering been constitutive of human life, in our times its contours dismantles life. Thus, in this brief reflection suggest that social suffering must be thought in its close relationship with the structural vulnerability of a society where, increasingly, are annihilated institutional supports and formal social protections. It's in this context of endogenous vulnerability that social suffering comes as a result of important changes in the world of work.

Keywords: social suffering; work; Workers' Health.

* Assistente social, doutora em Serviço Social pela PUC/SP e pós-doutora em Serviço Social pela Universität Kassel, República Federal da Alemanha. Professora adjunta do curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia (UFRGS) e docente do Programa de Pós Graduação em Serviço Social (PUC-RS). *Correspondência:* Programa de Pós-Graduação / Instituto de Psicologia / UFRGS. Rua Ramiro Barcelos, 2600, 3º andar. CEP: 90.350-003. Porto Alegre/RS. E-mail: <jussaramaria.mendes@gmail.com>.

** Cientista social, doutora e bolsista de pós-doutorado (PD/CNPq) em Psicologia Social e Institucional pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (UFRGS). Docente e diretora acadêmica da Faculdade de Integração do Ensino Superior do Cone Sul, Garibaldi/RS. *Correspondência:* Rua Presidente Vargas, 561. Centro. Garibaldi/RS. CEP: 95.720-000. E-mail: <rosangela.werlang@gmail.com>.

Introdução

Este artigo trata do sofrimento social, um sofrimento que avança paralelamente ao desenvolvimento social e econômico contemporâneo, produtor da miséria, da pobreza, das péssimas condições de vida geradas no interior do sistema capitalista de produção. Tal sofrimento constitui-se em expressão da precariedade e da precarização da vida causada pelos processos de desenvolvimento e incitação econômica vividos na sociedade contemporânea. Sofre-se e sofre-se muito, notadamente nos espaços em que o trabalho humano se desenvolve. Sofre-se com o adoecimento e mesmo com a possibilidade da morte que, aos poucos, vai sendo delineada nos ambientes de trabalho. É a morte pelos acidentes de trabalho, pelas doenças desenvolvidas em espaços insalubres, descuidados, nocivos, deletérios que aumentam a fadiga nervosa, a fadiga psíquica, a ansiedade, a depressão, os suicídios. Tal quadro é representativo do quão voraz e perverso pode ser esse sistema, carregando processos que transformam a vida das pessoas, gerando sofrimento, um sofrimento ampliado que nos faz sofrer a todos: o sofrimento social. Assim, este artigo trata do sofrimento e da dor, buscando distingui-los da visão acerca do sofrimento em alguns pensadores clássicos e contemporâneos e do sofrimento social, categoria importante para pensar os tempos contemporâneos e sua perversidade.

O sofrimento e a dor

Embora a questão do sofrimento, não raras vezes, apareça envolvendo elementos de dor física, a maioria dos autores que trata dessa temática enfatiza que seria muito mais do que isso (WILKINSON, 2005). O sofrimento estaria presente nos sentimentos de isolamento social, de perda, de sentimentos aliados a depressão, ansiedade, culpa, humilhação e estresse. As pessoas sofrem quando há estados de privação material, com a perpetuação da injustiça social e com a perda da liberdade em todas as suas formas e expressões (WILKINSON, 2005). Conquanto o sofrimento tenha sido estabelecido em contradição à dor, essa seria uma sensação fisiológica e o sofrimento, por sua vez, uma espécie de resposta psicológica, subjetiva à dor. O sofrimento não teria um local específico de manifestação no corpo, como a dor, mas se estenderia a todo o ser. Nos últimos anos tem-se entendido que a dor não pode ser apenas explicada pela dimensão física; assim, a dicotomia entre dor e sofrimento tenderia a ficar com as fronteiras obscuras, contestando, em boa medida, a divisão cartesiana estabelecida entre corpo e mente. Cada vez mais, aspectos físicos, afetivos e culturais estariam vinculados à dor e ao sofrimento humano, borrando fronteiras e o sofrimento poderia, dessa forma, ser elucidado como uma experiência incorporada, encarnada por um contexto social e cultural determinado. De

acordo com Vergely (2000), haveria um “convencionalismo arraigado” que consistiria em afirmar que o sofrimento teria algum sentido. Essa questão centrar-se-ia em quatro ideias fundamentais, a saber: a ideia do sofrimento como um sinal, como um saber, como um salário e, por fim, como salvação. A ideia do sofrimento como sinal relacionar-se-ia à constatação de que a dor física seria um mal revelador de uma crise interna, mas, também, de certa agressão externa que o corpo pode sofrer. Desse modo, a existência do sofrimento seria uma coisa boa, uma vez que se constitui em aviso, em advertência sem a qual não haveria a possibilidade de se reconhecer doenças escondidas que poderiam afetar o corpo em silêncio. Assim, a dor seria espécie de anúncio, contribuindo para a descoberta de enfermidades ou de que algo não estaria bem no corpo. Seria um grito da sensibilidade humana, alertando acerca do perigo.

O sofrimento como um saber, por sua vez, estaria fundado em uma abordagem pedagógica: a dor seria a primeira escola da vida, cabendo a ela desasnar os espíritos novos e ingênuos, ensinando aquilo que é inerente ao humano. Mediante o sofrimento estariam presentes os primeiros vestígios da maturidade que ensinaria o viver. O sofrimento educaria e seria sinal de que se está chegando à maturidade. Como afirma o autor, seria uma pedagogia do desasnamo que se encontraria, de forma frutífera, com uma pedagogia do adestramento (VERGELY, 2000). Seriam a dor e o sofrimento uma pedagogia de antes da pedagogia e, também, para além dela. Já o sofrimento como salário consistiria em afirmar a necessidade do sofrimento por motivos morais e sociais, ou seja, é preciso sofrer para que sejam reparadas as faltas, para saldar uma dívida. Quando se transgride uma regra, pratica-se uma espécie de crime que causa prejuízo a outrem. Sofrer, então, seria a única forma de reparação do dano causado. Infligindo-se o sofrimento haveria sempre a lembrança e, portanto, o ato seria sempre recordado. Ademais, já que não se pode fazer tudo quando se vive em sociedade, o sofrimento remeteria, também, a uma ideia de justiça, de busca da equidade, do equilíbrio social. O sofrimento permitiria não apenas reparar uma dívida, mas comprá-la, uma vez que as coisas deveriam ser obtidas por meio de outras coisas: “Esta lei é a que quer que não se obtenha nada sem nada.” (VERGELY, 2000, p. 46). Destarte, por haver equivalência entre trabalho e salário, o trabalho e o sofrimento trazem a noção de que existe um crédito e um direito naqueles que sofrem. Tal pensamento teria acarretado, como consequência, uma vontade de sofrer para adquirir esse crédito e esse direito. “Resgatador, comprador, meio de pagamento, meio de desconto, o sofrimento é definitivamente uma moeda.” (VERGELY, 2000, p. 50). Por fim, o sofrimento como salvação traria em si um sentido que seria tanto social quanto econômico, mas, ainda mais, teria um sentido metafísico. O sofrimento seria a prova mais dura na sucessão de provas da vida: é necessário para que o homem se supere, transfigure-se, preserve-se. Também seria por meio do sofrimento que os homens dariam conta do valor das

coisas, do valor da própria vida. O sofrimento engrandeceria o ser humano podendo conduzi-lo à virtude. Assim, tais ideias conformaram o pensamento acerca do sofrimento de maneira geral. Todavia, a ideia do sentido do sofrimento não estaria isenta de problemas. Para o autor, as dimensões apontadas do sofrimento como sinal, saber, salário e salvação podem remeter à ausência de sentido do próprio sofrimento. A dor física seria um signo que traduziria a capacidade do corpo de advertir através de grito, lágrimas ou outra forma, o que ele é capaz de suportar ou está suportando, entretanto não se constituiria em sentido. “O signo é o suporte do sentido.” Assim, seria uma espécie de ferramenta que remeteria a algo que não a ele próprio, não possuindo sentido enquanto tal. Já o sentido não é um suporte, mas intenção manifesta em forma de discurso. Desse modo, o sofrimento seria sempre signo e raramente sentido. Também o sofrimento teria um caráter intraduzível: “Pois sabemos doravante que uma doença do corpo acaba sempre por ter a longo prazo consequências psicológicas e sociais, e, inversamente, que uma desordem psicológica e social acaba sempre por se metaforizar no corpo de uma forma ou de outra”. (VERGELY, 2000, p. 50).

Sem dominar a origem do sofrimento e o seu destino, a ideia é que apenas se poderá conhecer as consequências e os intervalos pela leitura dos signos. Destarte, o sofrimento seria difícil de traduzir em razão de sua complexidade inerente. Ademais, uma das dificuldades de sua tradução residiria no próprio sujeito sofredor, nas dificuldades em compreendê-lo. Restaria, por fim, no sofrimento, algo que escaparia do sentido, que resistiria à tradução devido à distância que separaria um saber seguro do outro, do corpo e da vida. A questão do sofrimento encontra-se presente em vários autores da sociologia clássica, como Durkheim, Marx e Engels e Weber; no entanto, sempre tratado como inspiração, como influência em seus estudos e não como o fundamento *per se*. Em que pese a forte distinção entre as abordagens clássicas supracitadas, vale perpassar, ainda que de modo breve, as principais questões relativas ao sofrimento presentes em tais matrizes teóricas.

A contribuição dos clássicos na discussão acerca do sofrimento

No que se refere ao sofrimento, Engels (2008), por exemplo, apresenta a questão da degradação social, do tormento físico e da miséria gerada pelo trabalho realizado nas fábricas. O autor aborda a guerra social que se estabelece na Inglaterra a partir do advento do capitalismo, a guerra de todos contra todos que se torna declarada. “As pessoas não mais se consideram reciprocamente senão como sujeitos utilizáveis, onde cada um explora o próximo” (ENGELS, 2008, p. 36). Quando se reporta às condições de vida da classe operária na Inglaterra, trata da questão da morte pela fome, das péssimas condições de habitação e de moradia da classe traba-

lhadora, da pobreza extremada, da sujidade e das péssimas condições de saúde dos operários. Por cerca de 20 meses examina os interstícios da vida operária sob as injunções do modelo capitalista de produção que se desenvolve no Ocidente. As ruelas sujas e infectadas, as casas minúsculas e sem ventilação, o ambiente físico e moral, a alimentação deficiente, as roupas precárias, denunciavam a situação de sofrimento físico, moral e social de toda uma classe trabalhadora que se encontrava (e se encontra) à mercê de condições brutais de vida impostas pela classe dominante. Também analisa a constituição da família na estreita relação com a constituição do Estado e da propriedade privada, além da contradição presente na exploração de uma classe sobre a outra. Assim, constata que os males sociais que a civilização traz consigo não podem ser encobertos com o “manto da caridade que os enfeitaria”, mas tal hipocrisia convencional deveria ser severamente combatida. (ENGELS, 1984, p. 235-236).

Essa situação de sofrimento da classe trabalhadora foi também objeto de estudo de Marx, notadamente, no processo de aplicação do questionário de 1880, quando buscou conhecer a situação da classe trabalhadora, conforme segue:

Confiamos contar, para isso, com a ajuda de todos os operários da cidade e do campo, conscientes de que apenas eles podem descrever, com todo conhecimento de causa, os males que suportam, e de que só eles, e não salvadores providenciais, podem energicamente remediar as misérias sociais que sofrem. (MARX, 1982, p. 249).

É também Marx que apresentará a denúncia do sofrimento: “o desenvolvimento de toda uma “ralé” nas cidades a partir da fuga dos servos da área rural.” (MARX, 1986, p. 120). Ressalta igualmente o aumento do grupo de trabalhadores supérfluos, lançados à rua pelo capital adicional que eles mesmos criaram “a sujeição de homens, mulheres e crianças ao domínio do capital, constituindo-se em meros objetos do trabalho.” (MARX, 1980, p. 737). Enfim, a degradação física e moral a que os trabalhadores estão expostos a partir do avanço capitalista. Essa concepção é compartilhada por Lafargue quando, em 1883, denunciou a situação de homens e mulheres “com cores pálidas, sangue sem brilho, estômago devastado, membros enfraquecidos.” (LAFARGUE, 2001, p. 149). Para esse autor, a época que se diz do trabalho é, em verdade, a época da miséria, da dor e da corrupção. A denúncia é também relacionada a um novo modo de vida que surge quando a indústria emerge: os operários eram filhos da terra, moravam nos vilarejos e nas cidades próximas e quase todos tinham casa própria e um pequeno pedaço de terra. No entanto, passado um tempo, Lafargue enfatiza a chegada desses trabalhadores na cidade a cada manhã e fim da tarde.

Há entre eles uma multidão de mulheres pálidas, magras, andando descalças no meio da lama. Quando chove ou neva, não tendo guar-

da-chuva, colocam seus aventais ou anáguas sobre a cabeça para proteger o rosto e o pescoço. Há um número ainda maior de crianças igualmente sujas e magras, cobertas por trapos, cheias do óleo das máquinas que cai sobre elas enquanto trabalham. Estas mais protegidas da chuva pela impermeabilidade de suas roupas, nem mesmo carregam, como as mulheres que mencionamos uma cesta com a comida do dia. Trazem nas mãos ou escondem sob suas roupas ou onde puderem o pedaço de pão que lhes servirá de alimento até voltarem para casa (LAFARGUE, 2001, p. 152).

A denúncia continua por meio do cotejo entre o trabalho realizado pelos operários das fábricas e o trabalho realizado por prisioneiros: os operários trabalhavam em média mais que aqueles que realizavam trabalhos forçados nas prisões.

Seria melhor disseminar a peste e envenenar a água do que construir uma fábrica no meio da população rústica. Introduza o trabalho nas fábricas e você terá perdido a felicidade, a saúde, a liberdade – terá perdido tudo aquilo que torna a vida bela e digna de ser vivida (LAFARGUE, 2001, p. 152).

Por fim, a revelação das precárias condições de vida e de trabalho de boa parte da população cujo trabalho constitui-se em flagelo e sofrimento. O sofrimento tem se manifestado ao longo dos tempos e em diferentes formações sociais; todavia, ganha força quando iniciam os escritos que denunciam a situação dos trabalhadores nos locais de trabalho.

Durkheim aborda a questão relativa à fonte da solidariedade social, na qual o tema da divisão do trabalho social ganha contornos importantes. O esmaecimento da solidariedade seria um fenômeno mórbido, ameaçador da coesão social, dos laços que unem os indivíduos à sociedade, uma vez que violariam a segurança, a felicidade, a solidez. (DURKHEIM, 1999). Também a ampliação do mercado e da grande indústria presentes na sociedade industrial, transformariam as relações entre patrões e operários, situação em que estes últimos estariam sujeitos a uma maior fadiga do sistema nervoso, somada à influência contagiosa das grandes aglomerações. Assim, o operário é retirado de sua família o dia inteiro, vivendo cada vez mais próximo daquele que o emprega. (DURKHEIM, 1999). O mal-estar social que se estabelece a partir do avanço da civilização seria resultado da anomia que seria preciso fazer cessar, atenuando as desigualdades, fonte de todo o mal. Dessa forma, criar uma “nova” moral seria a garantia de uma sociedade mais igualitária, com relações mais justas, na qual os números de crimes, violência, suicídios, marcas da imoralidade de uma dada sociedade, das relações fracas entre indivíduo e sociedade, seria a solução para todos os males. Enfim, o sofrimento seria a consequência imediata da ausência de solidariedade social. Onde houvesse solidariedade e moral social forte, o sofrimento seria amainado.

Por sua vez, Weber apresentará o processo de racionalização que tende a tomar conta de vários aspectos da vida humana. Assim, a “nova servidão”, o processo de burocratização, expressão da racionalização do mundo ocidental, estaria avançando e essa marcha seria a verdadeira ditadura a que todos estariam submetidos, subjugados. Tal marcha da racionalização expressar-se-ia pelo progresso científico, pelo processo de intelectualização que, por sua vez, traria engastada a ideia da previsão. (WEBER, 2000). Esta permitiria dominar tudo, despojando o mundo da magia que lhe seria peculiar. Assim, o homem sofreria porque, apesar da previsão, sabe que vive no provisório, no incerto. Sofre porque a felicidade é para amanhã ou adiante e porque se encontra situado em um movimento “que não cessa de lhe maravilhar e de decepcionar com novas promessas.” (FREUND, 1987). Ademais, tais processos de racionalização e de intelectualização crescentes teriam o poder, como já referido, de desencantar o mundo. Os progressos derivados da ciência e da técnica fariam com que o homem desacreditasse nos poderes mágicos, nos espíritos e, nesse contexto, perder-se-ia o sentido do sagrado. Destarte, o real vai se tornando aborrecido, vazio, cansativo, e a vida vai deixando de ter sentido. O vazio vai sendo preenchido com artifícios. “A racionalização e a intelectualização despojaram o mundo de um encanto [...]”. (FREUND, 1987, p. 23). O Estado, por sua vez, é visto como resultado do movimento de racionalização da civilização moderna e que reivindicaria o monopólio do constrangimento físico legítimo agregado à racionalização do Direito. Conformaria a instituição de uma política encarregada da segurança dos indivíduos e de assegurar a ordem pública, permitindo a intervenção em vários aspectos da vida, desde a educação até a saúde, a economia e a cultura. No entanto, ao lado da economia estatal, Weber observará a estrutura das Igrejas que, como qualquer outro poder, recorrem ao constrangimento psíquico e reivindicam o monopólio desse constrangimento sob a forma de uma instituição que concederá ou recusará os bens espirituais da salvação. Trata-se, desta forma, de domínio espiritual. Enfim, a humanidade estaria cercada por processos que dominariam todas as dimensões da vida. Esse seria o sofrimento, o dar-se conta de que se está em uma câvea da qual é quase impossível sair. No entanto, o uso desse conceito ainda é recente, especialmente no que se refere às Ciências Sociais de maneira geral.

Os avanços contemporâneos: o sofrimento social

Mais recentemente, Dejours procurou examinar em profundidade a questão envolvendo a saúde dos trabalhadores e o sofrimento a que estes se encontram expostos. Trata-se do sofrimento daqueles que perderam o emprego ou não conseguiriam empregar-se novamente, recolocar-se no mercado de trabalho. Esse fato, de acordo com o autor, tem levado à doença

mental ou física. Há, em contraponto, o sofrimento daqueles que trabalham e que se encontram submetidos a riscos de toda ordem. (DEJOURS, 2006). São riscos concretos, articulados à radiação, vírus, fungos, amianto, inclusive aqueles ligados aos horários de trabalho e aqueles que, por sua vez, atingem o trabalhador na sua relação com o grupo, com o coletivo de trabalho. Os trabalhadores tenderiam, em escala crescente, a se tornar competitivos, desafiando os colegas de trabalho e o grupo, que, aos poucos, vai tendendo à dissolução, ao arrefecimento. Destarte, traz o autor a ideia de que os trabalhadores que estão efetivamente trabalhando não se encontram necessariamente felizes, plenamente realizados. Emerge, assim, a questão do sofrimento no trabalho. Tal ideia ganha sustentação mediante densa descrição do autor, na qual a questão de sentir-se culpado pelo próprio sofrimento, a maneira como os trabalhadores suportam o fato de se sentirem culpados por expressar e sentir o próprio sofrimento no trabalho, e, também, mobilizar as defesas que podem conduzir ao processo de identificação do sofrimento, além das formas de sofrimento, ganham corpo e são fortemente discutidas. (DEJOURS, 2006, p. 50). O sofrimento aparecerá, assim, como produzido dentro de um contexto determinado, constituído por novas relações estabelecidas no espaço específico do trabalho e, ademais, por novos dispositivos ideológicos que fazem interiorizar o processo de dominação tanto daqueles que estão fora do ambiente de trabalho quanto daqueles que estão em seu centro. (RENAULT, 2008).

Nos espaços de trabalho, as condutas adotadas, de cariz individualista, têm levado a dificuldades no que se refere ao sofrimento ordinário dos trabalhadores, fazendo-os, com o passar do tempo, perder a esperança e estagnar algumas possibilidades de ação. Desse modo, o sofrimento gerado pelo trabalho repercute de maneira direta na saúde física e psíquica do trabalhador. É nesse encadeamento que podem emergir estratégias para que o sofrimento seja amainado. Tais estratégias podem se dar no plano individual, mas, também, no plano coletivo. "A participação nestas estratégias defensivas torna-se necessária para evitar o risco de que o sofrimento leve o sujeito à crise psíquica e à doença mental." (DEJOURS, 2006). A cautela está no processo de "cristalização" que pode tornar o trabalhador insensível àquilo que justamente traz o sofrimento. Dessa forma, pode-se negar o sofrimento do outro e, ao mesmo tempo, negar o sofrimento próprio, calando-se. O trabalho como gerador de sofrimento (e ao mesmo tempo de prazer) é analisado por Dejours na relação com a saúde, como já apontado, uma vez que na execução das tarefas relativas à profissão e nas vivências subjetivas do trabalho há uma luta constante pelas melhorias das condições de trabalho e de saúde. Assim, o objeto de estudo analisado é o sofrimento em uma dimensão específica: o sofrimento no trabalho. (DEJOURS, 1992). De acordo com Dejours (1992), a história da luta dos trabalhadores pela saúde teria três dimensões ou fases que configurariam, primeiramente, a luta pela própria sobrevivência, posteriormente, a proteção do corpo e, por fim, a preo-

cupação com a saúde mental e o sofrimento psíquico gerado pelo trabalho. Na primeira dimensão, mesma dimensão tratada pelos clássicos da sociologia como Marx, Engels, Durkheim e Weber, está a questão envolvendo as condições desumanas de trabalho, o péssimo ambiente de trabalho ajustado no sentido do esgotamento físico, da falta de higiene dos ambientes de trabalho, da alimentação deficiente, das mortes ocorridas em função do descaso, dos acidentes de trabalho. Enfim, é um período de miséria, no qual os trabalhadores são duramente atacados. A luta dos trabalhadores, desse modo, demandou respostas e estas trataram da questão da insalubridade, da assepsia dos ambientes de trabalho, da higienização de tais ambientes. A ordem a ser estabelecida era também moral, “colonizando” não apenas aqueles que estariam confinados aos espaços de trabalho, mas também aqueles mais soltos no sistema: os vagabundos, as prostitutas, os mendigos, os nômades, os delinquentes. (CASTRO, 2009). Após esse primeiro período, Dejours trará a proteção ao corpo: é preciso salvar os corpos dos acidentes, das doenças que acometem os trabalhadores, das intoxicações causadas pela exposição constante aos produtos químicos. (DEJOURS, 1992). Taylorismo e fordismo ganham destaque nas análises enquanto tecnologias de submissão. O trabalho, sob estas condições, torna-se repetitivo e monótono, sendo sua velocidade e ritmo estabelecidos independentemente do trabalhador que os executa através de rígida disciplina. O trabalhador perde suas qualificações, as quais são incorporadas à máquina. Assim, aquilo que se está exigindo nos espaços de trabalho contém novos matizes e o corpo desponta como dimensão principal no qual o impacto do trabalho terá seu alicerce: é o corpo dócil, que aparecerá como objeto da perversão instalada no núcleo dos procedimentos relativos ao trabalho. Corpo frágil, corpo objeto de exploração. Por fim, como terceiro período, etapa, fase ou dimensão na história da saúde do trabalhador, há, segundo Dejours, uma preocupação com a saúde mental: o taylorismo e as demais formas de gestão da força de trabalho seriam geradores de sofrimento psíquico. Há, ainda, o sofrimento físico que agora se encontra articulado ao sofrimento psíquico.

A sociedade, os modos de vida, o consumo e os processos de alienação são postos em xeque. Isso implica dizer que a organização do trabalho gera sofrimento e, assim, há a sentença: o trabalho, ao mesmo tempo que pode constituir-se em vetor de prazer, carrega em seu bojo o sofrimento. Este pode ser encontrado em duas dimensões (separadas ou articuladas), a saber: sofrimento físico e sofrimento psíquico. Desse modo, insatisfação e ansiedade (ou medo) seriam sintomas do sofrimento. (DEJOURS, 1992). Os trabalhadores estariam expostos a toda uma série de atividades inúteis, desinteressantes e sem conteúdo. Por isso, os sentimentos vividos são de cansaço, que advém tanto do esforço físico quanto da ausência de conteúdo e sentido presente no próprio trabalho. Enfim, para Dejours, o trabalho exerce um impacto sobre o aparelho psíquico humano gerando sofrimento, eis que não é possível, na maioria das vezes, exercer

modificações nas tarefas que se executa, dotando-a de conteúdo e de sentido, de acordo com os desejos e necessidades daquele que o realiza. Ou seja, isso ocorreria quando a interação efetiva entre o homem e o trabalho é dificultada. Há, nesse sentido, insatisfação e, também, medo quando a tarefa realizada encontra-se cercada de riscos. Contra a angústia ou a insatisfação são criadas estratégias defensivas. Tais estratégias não são identificadas de imediato, todavia ficam invisibilizadas ou revestidas na forma de ideologia defensiva. Assim, para que a relação de trabalho seja favorável ao trabalhador, faz-se necessário, entre outros elementos, que as exigências da tarefa a ser realizada, tanto aquelas intelectuais, motoras ou psicossensoriais, estejam de acordo com as necessidades do trabalhador, gerando prazer em vez de desprazer. Ademais, faz-se necessário que o conteúdo do trabalho seja fonte de satisfação e que a “desalienação” seja elemento de transformação social.

Bourdieu também trará contribuições importantes à questão envolvendo o sofrimento, notadamente pelo estudo em que trata da reestruturação produtiva ou industrial e da “nova pobreza” que surge ancorada neste processo (BOURDIEU, 1997). Destaca, outrossim, um sistema social que tem feito recuar o que o autor chama de “a grande miséria”, mas que, ao mesmo tempo e diferenciando-se, tem multiplicado espaços sociais que oferecem as condições favoráveis para o desenvolvimento, sem precedentes, de todas as formas de “pequenas misérias”. No campo das Ciências Sociais, seria difícil, segundo o autor, reconhecer os sinais sociais do mal-estar que se vive no mundo contemporâneo, visto que, assim como as doenças, o mal-estar não está necessariamente evidente. Bourdieu refere-se às violências nas mais diferentes expressões, notadamente à violência inerte das estruturas econômicas e sociais protagonistas de muitas “pequenas misérias” e às violências da vida cotidiana. Assim, os inúmeros sofrimentos a que se está exposto na contemporaneidade seriam oriundos do choque de interesses, de disposições, de estilos de vida diferentes que a coabitação apresenta, destacando-se, nesse contexto, os locais de moradia e trabalho. Para Bourdieu, é no interior dos grupos sociais que as experiências são vividas e percebidas. É dentro dos grupos que podem ser percebidas as distinções em termos de estilos de vida que apartariam classes sociais, gerações ou etnias.

Levar à consciência os mecanismos que tornam a vida dolorosa, inviável até, não é neutralizá-las; explicar as contradições não é resolvê-las. Mas, por mais cético que se possa ser sobre a eficácia social da mensagem sociológica, não se pode anular o efeito que ela pode exercer ao permitir aos que sofrem que descubram a possibilidade de atribuir seu sofrimento a causas sociais e assim se sentirem desculpados; e fazendo conhecer amplamente a origem social, coletivamente oculta, da infelicidade sob todas as suas formas, inclusive as mais íntimas e as mais secretas. (BOURDIEU, 1997, p. 735).

Basal, nessa análise, é o vínculo estabelecido entre o social e as questões individuais. Ademais, insta adjazer que aquilo que é armado socialmente pode também ser desfeito, desarmado, a exemplo do que Marx já afirmara previamente em suas obras. Para Bourdieu, a maioria dos mecanismos econômicos e sociais que está na origem dos sofrimentos mais cruéis não é fácil de ser descontinuada ou transformada. A realidade social é tensa e densa, complexa e geradora de situações de pobreza, miséria, frustração. A realidade social seria, assim, vista como atroz com todos aqueles que desconhecem suas regras de funcionamento. Seria perversa com todos aqueles que chegaram tarde, que não se empenharam, uma vez que o espaço dos vitoriosos é estreito, fechado, estando sob vigilância e exigindo sacrifícios daqueles que ali desejam estar. Entre este sacrifício encontrar-se-ia, inclusive, a possibilidade da autodestruição. (BOURDIEU, 1997). Assim, com as mudanças engendradas pelo capitalismo, novas realidades sociais são apresentadas, sendo preciso cautela para compreendê-las, uma vez que não se apresentam como de fato se constituem, são ocultadas, fetichizadas. A realidade social muda e, com esta, as expressões das desigualdades e contradições que ganham contornos difíceis de serem delineados, conformando espaços de exclusão e afetando a vida das pessoas em todas as suas faces. O sofrimento vai ganhando forma: a forma das estruturas sociais violentas, geradoras da precariedade em todas as suas dimensões. (BOURDIEU, 1998). Aos efeitos da precariedade sobre aqueles por ela afetados acrescentam-se os efeitos sobre todos que parecem ser poupados. “Ela nunca se deixa esquecer; está presente em todos os momentos, em todos os cérebros. Ela atormenta as consciências e os inconscientes”. (BOURDIEU, 1998, p. 56). O autor faz também alusão à lei da conservação da violência, afirmando que toda violência se paga: a violência estrutural exercida pelos mercados financeiros, sob a forma de desemprego, de precarização, tem sua contrapartida, em maior ou menor prazo, sob a forma de suicídios, delinquência, crimes, drogas, de pequenas ou grandes violências cotidianas. Desse modo, reforça o vínculo das estruturas econômicas e sociais com os comportamentos individuais, comportamentos cada vez mais carregados de desesperança e sofrimento. Essa correspondência entre o indivíduo e o social é a unidade de análise de Bourdieu: as relações sociais se articulam em uma totalidade, deixando sem sentido os fenômenos parcelados, isolados em fronteiras incomunicáveis. Por isso o sofrimento também aparecerá incrustado nas estruturas sociais, gerando angústia, padecimento, consternação.

Por sua vez, Castel buscará compreender a questão do sofrimento na estreita relação com os vínculos sociais, a integração social ou, ainda, a partir dos processos de dissociação, de desfiliação, da “anomia” dos grupos sociais. (CASTEL, 1998). Nessa discussão encontra-se a questão envolvendo indivíduos que “flutuariam” na estrutura social sem encontrar local de acolhimento. O autor apresenta a relação próxima entre a ausência da atividade

produtiva e a coesão social. A falta do trabalho gera isolamento e esse fato, por sua vez, poderia produzir processos de exclusão, de desfiliação. Para Castel, a vulnerabilidade social traria em seu bojo a precariedade do trabalho e, ao mesmo tempo, a ausência dos suportes de proximidade, dos suportes sociais geradores de confiança. Dessa forma, a questão social seria caracterizada por uma inquietação quanto à capacidade de manutenção da coesão social. A ameaça da ruptura seria apresentada por grupos cuja existência poderia abalar a coesão do conjunto da sociedade. (CASTEL, 1998, p. 51). Observa o autor, então, alguns perfis que comporiam tais grupos acima referenciados. Entre estes estariam os indigentes, as crianças sem pais, os cegos, os paralíticos e os estropiados de toda ordem. Em comum, apresentam a questão de não conseguirem, por si mesmos, suprir as suas necessidades básicas, uma vez que não podem trabalhar. Outro grupo, segundo Castel, encontrar-se-ia composto por aqueles que seriam capazes de trabalhar, entretanto não o fazem. Entra nesta descrição a figura do indigente válido. (CASTEL, 1998). Tais grupos estariam à mercê do que o autor chamará de advento do livre acesso ao trabalho, do advento dos contratos e da liberdade para empreender. Esses dispositivos remeteriam, por seu turno, a um “lado obscuro” que seria a “individualidade negativa”, relativa a todos aqueles que se encontram sem suporte, sem vínculos, sem qualquer reconhecimento e, ademais, privados de proteção social. As vulnerabilidades sociais que nasciam do excesso de coerções nas sociedades pré-industriais passam agora a dar-se a partir do enfraquecimento das proteções. Com as novas exigências do trabalho tem-se a desestabilização dos trabalhadores estáveis, a instalação da precariedade do trabalho, o desemprego, o emprego precário. Ademais, o “*no man’s land*” social, os “supranumerários” que não estão integrados nem são integráveis ao sistema. (CASTEL, 1998, p. 530). Não há mais pertencimento e, paralelamente, surge a questão da inutilidade social de boa parte da população. Esse fator afeta a identidade de todos aqueles que a tiveram forjada sobre a questão do trabalho, gerando sofrimento e, ainda, a possibilidade de autodestruição. Enfim, para o autor, haveria produção de vulnerabilidades sociais cuja gênese dar-se-ia a partir da perda do lugar de trabalhador de alguns grupos sociais. O trabalho assalariado gera vínculos sociais, todavia, a falta de espaço na organização da divisão do trabalho gera, por sua vez, indivíduos despregados da tessitura social, que não conseguem acessar lugares estáveis. Tal seria a “nova questão social”, ou seja, a crise do caráter integrador que o trabalho pode proporcionar, ocasionando a perda da coesão social e sofrimento dos indivíduos que não acessam mais um lugar na organização social por meio do trabalho.

Dessa forma, desemprego e precarização seriam as marcas da nova questão social. Como já mencionado, três processos marcariam o quadro no qual essa nova questão social se desenvolve: a desestabilização dos estáveis, a instalação da precariedade e o déficit de lugares. Os atingidos por esses elementos ficam alheios ao que o autor chama de “circuito das

trocas produtivas”, tornando-se inúteis e é aí que se instalaria uma crise de identidade pelo trabalho. É aí também que se instalaria o processo de desfiliação, ou seja, a ausência de “inscrição do sujeito em estruturas portadoras de sentido”. (CASTEL, 1998, p. 536). O desfiliado não está completamente sem vínculos, não é um excluído, mas está distante do centro de coesão social. Por fim, resta versar que para Castel haveria duas dimensões de acoplamento dos indivíduos no social: uma econômica e uma social. Na econômica estaria o emprego em suas diferentes formas, até se chegar à situação de desemprego. Na dimensão social estariam outras formas de inserção do indivíduo, como a família, a vizinhança e a comunidade, que podem se tornar retraídas. Nas dimensões de acoplamento ou inserção, os indivíduos poderiam situar-se em quatro tipos de zonas: zonas de integração, vulnerabilidade, assistência e desfiliação. Na primeira zona, de integração, os indivíduos estariam de posse de um emprego estável, possuindo relações sociais também sólidas. Estão, como o próprio nome diz, integrados. Já na zona de vulnerabilidade o indivíduo sente-se ameaçado pela precariedade do trabalho e dos laços sociais que vão aos poucos sendo enfraquecidos. Na terceira zona, de assistência, encontra-se o público que garantirá (ou deveria garantir) o não desligamento do indivíduo do social, uma vez que este se encontra enfraquecido pela ação da precarização e também pelos laços familiares que tendem à decomposição. Por fim, a zona de desfiliação, na qual os indivíduos não apenas são atingidos pelo desemprego, mas também perdem relações anteriormente estabelecidas, que dizem respeito ao bairro, à vizinhança, à família. São relações que vão se deteriorando com o tempo, produzindo insegurança e sofrimento. Ainda, no processo de desfiliação pode haver zonas de cristalização, espaços específicos em que se cristalizam vários problemas cuja origem encontra-se vinculada ao funcionamento da sociedade salarial. Nesses espaços podem ser encontradas “taxas elevadas de desemprego, instalação da precariedade, ruptura da solidariedade de classes e falência dos modos de transmissão familiar, escolar e cultural e ausência de perspectivas de projeto para controlar o futuro, etc.” (CASTEL, 1998, p. 550). Castel (1998) afirmará que o indivíduo hoje é vulnerável, uma vulnerabilidade gerada pelo afrouxamento dos mecanismos de proteção social. Tal afrouxamento articula-se, por sua vez, a toda uma ideia subjacente de se chegar a uma situação de autonomia: a promessa de autonomia do indivíduo não se cumpre, em verdade. Para o autor, a questão envolvendo a vulnerabilidade é central na análise das transformações sociais em curso e que remetem a uma emergência de uma vulnerabilidade acentuada. Estaria em curso uma incerteza com relação ao desejo de viver “o fardo de cada dia”. A construção ou a emergência do indivíduo, de acordo com o autor, começa a delinear-se nos séculos XVII e XVIII, notadamente na Europa ocidental, seguindo até as configurações atuais. Assim, a propriedade privada delimitou o acesso à propriedade social, o acesso aos direitos e ao status de cidadão. Esse teria sido o primeiro suporte

que poderia afirmar um mínimo de independência e autonomia ao indivíduo quando de sua constituição na moldura da modernidade. É o “individualismo possessivo” tão bem desenhado por John Locke. (LOCKE, 2005). O homem seria o proprietário de si, de seu corpo e das ações e do trabalho que ele mesmo realiza. Por intermédio do trabalho poderia aceder à independência material e social. É a propriedade de si matizada pela propriedade privada. A propriedade de si seria o mote da existência, da autonomia, da independência. E aqueles indivíduos não proprietários? Esses não se apropriariam por si mesmo de algumas coisas, como o trabalho, mas sua apropriação dar-se-ia através do outro, daquele que lhe proporciona o trabalho. Ou seja, o caminho não se daria de maneira direta. A autonomia, a independência seria permeada pela presença do outro, percurso necessário à sua própria constituição. Desse modo, seria o não proprietário um indivíduo, uma vez que o status de indivíduo funda-se na questão relativa à propriedade privada? (CASTEL, 2003). A divisão, a separação entre propriedade e trabalho encerraria uma clivagem: haveria duas maneiras, duas formas de ser de um indivíduo. Os dotados de capacidade para serem independentes, autônomos, e os subordinados que se encontrariam em condições indignas de vida. Tal indignidade seria própria de uma classe considerada perigosa, bárbara, imoral que, paradoxalmente, através do trabalho teria algumas garantias através do direito ao trabalho. Assim, o trabalhador construirá sua própria segurança a partir do trabalho, um equivalente à propriedade privada. Um direito à segurança inscrita na lei e garantida pelo Estado. É o que Castel chamará de “homólogo da propriedade privada” para os indivíduos não proprietários, dando suporte à sua independência. (CASTEL, 2003). Esse equivalente seria um novo tipo de recurso ou garantia do Estado, a propriedade social, diferente da propriedade privada, mas que asseguraria uma propriedade através da segurança, assegurando uma “reabilitação social dos não proprietários” (CASTEL, 2003, p. 57). Assim, haveria um indivíduo que se constituiria a partir de uma ausência: um modelo de indivíduo positivo construído a partir da proteção salarial, da proteção do trabalhador na sociedade assalariada que nasce com a modernidade. Todavia, a liberdade, a segurança, a autonomia do indivíduo constituída a partir das proteções sociais, encontra-se em colapso.

A pretensa “invulnerabilidade” construída encontra-se ameaçada: não há mais estabilidade, reduzem-se os direitos e as proteções derivadas da propriedade social. Assim, a “grande transformação” remonta à vulnerabilidade, à incerteza, à instabilidade das posições profissionais. É esse indivíduo que entra em sofrimento devido à sua fragilidade, uma vez que paralelamente à perda ou enfraquecimento das proteções que dão o direito à existência, tem-se um processo de descoletivização ou o que Castel chamará de reindividualização das relações de trabalho. Nesse processo, em que os indivíduos são interpelados, não haveria os recursos necessários para se entrar no jogo. Alguns, com mais recursos, aderem ao discurso

neoliberal empreendendo, colaborando. Os demais, que não atendem ao discurso do novo processo de individualização, perdem: perdem *status*, retornam à situação de vulnerabilidade inicial, entrando em processo de desfiliação, uma vez que há, paralelamente, um processo de descoletivização dos coletivos de trabalho. Enfim, para Castel é preciso refiliar os indivíduos vulneráveis, seja por meio dos suportes clássicos da propriedade social, seja pela criação de novos suportes sociais. Todavia, esta posição é ainda abstrata e geral e sobre a qual se faz necessário debruçar a fim de torná-la mais precisa. A nova conjuntura apresentaria situações novas, inéditas que seria preciso enfrentar.

Destarte, a história do sofrimento social entre os séculos XVII e XX, não é uma história da dor, da exploração, nem a história da comiserção. A história do sofrimento social é a história da “dor das dores”, aludindo ao proferido por Jaques Rancière quando trata da fala dos trabalhadores no período de 1830 a 1851. (CHAVAUD, 2007). Desse modo, o sofrimento social seria a experiência dolorosa de homens e mulheres que vivem no mundo social, um mundo permeado por sintomas da doença das sociedades atuais: expressão de exclusão daqueles que não têm moradia, trabalho, recursos ou mesmo daqueles que, trabalhando, encontram-se submetidos à fadiga nervosa no trabalho. A intersecção entre indivíduo e sociedade, assim como a articulação entre o social e o psíquico são elementos que não são apreendidos de imediato, todavia, não apenas a literatura trouxe e tem trazido elementos para análise, mas outras áreas correlatas. Tal é, por exemplo, a análise do sofrimento social amplamente retratado através da representação da realidade cotidiana em gravuras francesas do século XVII: os corpos dos trabalhadores e o sofrimento a que estão expostos são representados pela arte muito mais do que se pode imaginar. (MEYER apud CHAVAUD, 2007). São camponeses, pobres, vagabundos, vítimas da pobreza de maneira geral. Como bem afirma Chauvaud (2007), a história do sofrimento social concerne a indivíduos e a grupos, revelando uma experiência dolorosa de homens e mulheres inseridos no mundo social. Seria também uma experiência limitadora da condição humana e, como experiência social, poderia ser vista em pelo menos dois modos: como experiências coletivas apropriadas individualmente por percepções e expressões e, também, como interações sociais trazidas por experiências vinculadas a doenças que sugeririam relações e interações, ocupando, não raras vezes, lugar central na experiência do sofrimento. (KLEINMAN; DAS; LOCK, 1997).

Como visto, a discussão acerca do sofrimento tem ganhado contribuições importantes, ou seja, cada vez mais entra em pauta a discussão de que existe, de fato, um sofrimento que resulta do que o poder político, econômico e institucional produz nas pessoas e, ademais, como essas formas de poder influenciam as respostas às questões sociais. (KLEINMAN; DAS; LOCK, 1997). Assim, há o poder político, econômico e institucional produzindo sofrimento e, também, quando do interesse, a resposta a esse mesmo

sofrimento. Desse modo, os autores mencionados apontam que na categoria de sofrimento social encontram-se incluídas dimensões normalmente vistas como pertencentes a campos distintos, situações que envolvem questões morais, religiosas, de saúde, bem-estar, legais etc. O desafio estaria em vincular campos diversos, em enlaçar problemas individuais e sociais, visto que estes, de fato, não raras vezes estariam conectados. Dessa forma, questões como o suicídio, a depressão, as doenças sexualmente transmissíveis, estariam agrupadas em uma dimensão maior que a do grupo ou do indivíduo: seriam frutos da experiência social. (KLEINMAN; DAS; LOCK, 1997). Tal experiência teria sua gênese nas contradições sociais que se incorporam nos indivíduos. Essas, por sua vez, relacionar-se-iam a uma vulnerabilidade estrutural nascida da autonomização da existência individual enquanto norma social e, ademais, com a dessocialização das proteções que cercam os indivíduos em sociedade. Nessa perspectiva, as formas contemporâneas de sofrimento social seriam expressão das fragilidades individuais nascidas da exigência social de autonomia e de realização em uma configuração social que não oferece, em contrapartida, garantias institucionais e de proteção formais. Nessa concepção, a vulnerabilidade ganha contornos de uma vulnerabilidade que, nas transformações societárias contemporâneas, acomete os espaços profissionais, transformando a condição salarial e, ademais, vem acompanhada de uma privatização das “biografias profissionais”. Tais transformações não raras vezes fazem com que o indivíduo seja responsabilizado pelo seu destino, por sua própria sobrevivência. Pode-se dizer que se encontra em curso um movimento de descoletivização das proteções e das perspectivas e, paralelamente, de responsabilização do indivíduo no que concerne, especificamente, ao trabalho. (SOULET, 2009). Dessa maneira, o sofrimento social deve ser pensado na sua estreita relação com a vulnerabilidade estrutural de uma sociedade de propriedade de si, ou seja, relaciona-se à autonomização da existência enquanto norma social de uma sociedade que não oferece as garantias para que esta mesma autonomização se dê. Não há mais suportes institucionais, não há proteções formais. Assim, as fragilidades individuais, nascidas das exigências sociais de autonomia e de realização, se dariam em uma configuração social que, paradoxalmente, desinstitucionaliza e privatiza a atividade social de maneira geral. É nesse contexto que o indivíduo deve permear, se localizar, viver e sobreviver. Contudo, esse contexto traz implicações, uma vez que a modernidade trouxe ao centro o indivíduo e lhe diz: és livre, és autônomo, és responsável, mas, ao mesmo tempo, retira as sustentações sociais e os dispositivos de formação desse mesmo indivíduo. (SOULET, 2009). Configura-se, assim, um contexto de vulnerabilidade, uma vulnerabilidade endógena, inerente à própria configuração social. É aí que o sofrimento social brota: dessa situação paradoxal, resultante de uma autonomia obrigada ao indivíduo, sem suportes socialmente disponíveis. Como bem afirma Soulet (2009), ao referir-se às expressões de sofrimento social, não importa se as formas extremas de

sofrimento social (como o suicídio, por exemplo) se manifestam dentro dos teatros ou se exacerbam em um agir sobre o mundo, dentro da família ou no espaço do trabalho: este se constitui em um efeito de nossa configuração social. Então, a origem do sofrimento social estaria articulada a uma configuração social determinada. Ainda, Soulet (2009) destaca o processo de dessocialização que se encontra em curso e que se caracteriza pela centralidade do indivíduo e, ao mesmo tempo, na invalidação dos dispositivos de formação e sustentação destes indivíduos no contexto social. Destarte, o sofrimento social teria sua gênese ou, ainda, seria resultante de uma situação produzida pela injunção paradoxal de uma autonomia obrigada sem os suportes socialmente disponíveis, sem os “amortecedores sociais” (coletivos de trabalho, proteções sociais, instituições reguladoras) que possibilitariam reduzir os efeitos negativos dessa “autonomia-responsável”. (SOULET, 2009). No que diz respeito às diferentes abordagens acerca do sofrimento social, o centro da discussão concentra-se na perspectiva de que está em curso uma deterioração das relações sociais, um processo de precarização das relações sociais da qual o sofrimento decorre. A precarização, por sua vez, ocorre de diferentes maneiras. Para Stéphane, em análise acerca da precarização do trabalho e do sofrimento entre os operários, haveria a hipótese de que o sofrimento social acompanha o processo de precarização salarial. (STÉPHANE, 2007). Observou, durante seus estudos, a existência de um sofrimento importante entre os membros das classes trabalhadoras e, como já referido, tal sofrimento acompanharia o processo de precarização salarial de duas maneiras distintas. De um lado, o sofrimento decorreria diretamente do processo de precarização, especialmente no que condiz à questão do emprego. A ausência deste geraria negação, dor, ausência de reconhecimento, sentimento de rejeição e de inutilidade e, ainda, um sentimento de rebaixamento, uma vez que o sofrimento introduziria um hiato importante entre a percepção de si e as normas sociais que o suportam. Para aqueles que trabalham, por sua vez, o estudo aponta a pressão extrema a que estão submetidos os trabalhadores, notadamente uma pressão que apela à produção, ao mesmo tempo em que se degradam as condições de trabalho e há a captura da subjetividade deste trabalhador (ALVES, 2012). Portanto, atinge a objetividade e a subjetividade da classe dos trabalhadores assalariados no novo padrão produtivo: a reestruturação produtiva em curso.

Assim como referido, tem-se o aumento das doenças profissionais já existentes e o surgimento de novas formas de adoecimento. Seligmann-Silva (2011) registrará que os efeitos e impactos deste processo tornam-se visíveis a partir do aumento dos registros oficiais de adoecimento, acidentes de trabalho, doenças osteomusculares e transtornos psíquicos relacionados ao trabalho. Outros estudos (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010; THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007) também evidenciam que essa é uma realidade mundial, uma tendência inquietante tendo em vista o contexto

de intensificação da dominação que marca as transformações do trabalho, geradoras de sofrimento na classe trabalhadora.

Conclusão

Como visto, a sociedade hodierna possui em seu cerne cariz destrutivo, notadamente, no que condiz aos processos de aniquilamento das condições em que a vida é capaz de se reproduzir. É neste contexto que se se pôde refletir sobre sofrimento social. O conceito de sofrimento social designa uma imbricação complexa do psíquico e do social, do biográfico e do contextual, do estrutural e do circunstancial. É somente à luz dessa imbricação que a ideia de fatores sociais do sofrimento ganha sentido. Haveria, assim, um *continuum* entre um sofrimento patógeno e um sofrimento de caráter patológico, vinculados à questão da precariedade exacerbada presente no social contemporâneo. Importante destacar que o sofrimento é, de fato, parte constituinte da existência humana, todavia, hoje em dia, seus contornos têm impedido de viver e, ademais, de agir contra tudo aquilo que desmantela a vida. O sofrimento tem vindo acompanhado de um retraimento das relações sociais e de uma falta de perspectivas acerca do futuro. O horizonte fica opaco e a não possibilidade de ação carrega, por sua vez, um sentimento de inutilidade social, vergonha e culpabilização de si. É assim que a questão do sofrimento social pode também ser colocada: aqueles que sofrem estão impedidos de agir contra aquilo que os fazem sofrer: são “congelados”, autoexcluídos, não sentem mais o corpo, os pensamentos. Tais questões são oriundas da organização social e econômica que invade corpos, mentes, relações familiares, relações comunitárias. É o sistema social e econômico gerador da precariedade, dos custos humanos, familiares, psicofisiológicos, dos processos de dessocialização, de alienação auto-gerada, de clivagem de si. É nesse sentido que a questão do sofrimento social torna-se atual e, como bem afirma Renault (2008), de uma atualidade política paradoxal, uma vez que traz à cena a crítica social. Ademais, esta articulação do social e do individual pode contribuir para destacar as situações de violência, dominação e injustiça a que se está submetido. Expor essa relação tão cara entre o social e o individual pelo sofrimento significa trazer um pouco de luz à invisibilidade de alguns processos psíquicos que, não raras vezes, são obscurecidos. Possibilita denunciar, outrossim, as situações de perda da esperança, dos sonhos, da confiança provocados por um modelo político, social e econômico cuja dinâmica tem levado a diferentes processos de destruição de si.

Referências

- ALVES, G. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BOURDIEU, P. (coord.). *A miséria do mundo*. 4. ed., Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTEL, R. Des individus sans supports. In: CHÂTEL, V.; SOULET, M-H. *Agir en situation de vulnérabilité*. Québec: Les Presses de L'Université Laval, 2003.
- CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- CHAUVAUD, F. *Histoires de la souffrance sociale*. Introduction. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2007.
- DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. 7. ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- _____. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5. ed. ampl. 12. reimpr. São Paulo: Cortez, 1992.
- DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Global, 1984.
- _____. *A situação da classe operária na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. S. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. v. 35, n. 122, p. 229-248, 2010.
- FREUND, J. *Sociologia de Max Weber*. 4. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. *Social suffering*. Berkeley: University of California Press, 1997.
- LAFARGUE, P. O direito ao ócio. In: DE MASI, D. (Org.). *A economia do ócio*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

- LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 5. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. v.1. 6. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. O questionário de 1880. In: THIOLENT, M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 3. ed., São Paulo: Pólis, 1982.
- MEYER, V. La représentation de la souffrance sociale dans la gravure parisienne (1635-1660). In: CHAUVAUD, F. *Histoires de la souffrance sociale*. Introduction. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2007.
- RENAULT, E. *Souffrances sociales: philosophie, psychologie et politique*. Paris: La Découverte, 2008.
- SELIGMANN-SILVA, E.S. *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez, 2011.
- SOULET, M-H. La souffrance sociale, pathologie des sociétés contemporaines. *Étude Publique*. v. 11, n. 2, 2009.
- STÉPHANE, L. L. Précarisation salariale et souffrance sociale: une transformation de la gouvernementalité des classes populaires. *Interrogations? Revue pluridisciplinaire de l'homme et de la société*. n. 4. Formes et figures de la précarité, 2007.
- THÉBAUD-MONY, A.; DRUCK, G. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- VERGELY, B. *O sofrimento*. Bauru: EDUSC, 2000.
- WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2000.
- WILKINSON, I. *Suffering: a sociological introduction*. Cambridge: Polity Press, 2005.

Recebido em 29 de outubro de 2013.

Aprovado para publicação em 20 de novembro de 2013.